

ADMINISTRAÇÃO

AGORA VAI?

Liquidação avança e CODERP fica um passo mais perto do fim

Prefeitura manda projeto à Câmara na qual prevê encampação de serviços da empresa pela Secretaria de Tecnologia

ANGELO LOPES
redacao@jornalribeirao.com.br

A Prefeitura de Ribeirão Preto encaminhou à Câmara a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027 já prevendo a transferência definitiva das atividades da CODERP para a Secretaria de Tecnologia e Governo Digital. O texto reforça que a companhia, em liquidação desde 2022, caminha para deixar de existir como estrutura autônoma, mas ainda depende da absorção de ativos, contratos e obrigações pela administração municipal. Na prática, a LDO mostra que a Prefeitura já incorpora ao próprio organograma tarefas antes executadas pela CODERP.

Segundo o último balanço divulgado, a CODERP apresenta patrimônio líquido negativo de R\$ 122 milhões e cerca de R\$ 60 milhões em débitos fiscais. Com a medida, a Secretaria passa a responder por despesas de custeio, compras, licitações, fornecedores e contratos da CODERP até a liquidação definitiva. Também ficará responsável pelos investimentos em tecnologia e softwares, o que sinaliza a transferência progressiva das funções hoje concentradas na companhia.

O movimento é coerente com o processo de encerramento iniciado em fevereiro de 2022, quando o então prefeito Duarte Nogueira publicou decreto criando comissão para conduzir a extinção da empresa. Desde o início da liquidação, a Prefeitura sustenta que a companhia não tinha mais condições de continuar funcionando e que o modelo de empresa pública é oneroso para os cofres municipais, sendo que a dívida acumulada tornava inviável manter a estrutura e repassar novos recursos sem um plano de encerramento.

O processo, porém, não avançou no ritmo inicialmente previsto. Em 2022, a própria Prefeitura informou que a extinção seria gradual e poderia levar de dois a seis anos, a depender do pagamento das dívidas tributárias e da transferência dos serviços para outros prestadores ou para a própria es-



Sede da Coderp, na área Central de Ribeirão Preto, chegou a ser penhorada para pagar dívidas

CODERP FOI EPICENTRO DO ESQUEMA DE CORRUPÇÃO APURADO NA SEVANDIJA

A trajetória da CODERP também foi marcada por desgaste político e jurídico. A companhia esteve no centro da Operação Sevandija, deflagrada em 2016, que investigou fraudes em contratos públicos, terceirização irregular e pagamento de propina envolvendo vereadores, secretários, empresários e agentes públicos.

O caso levou ao afastamento de nove vereadores e consolidou a imagem da estatal como um dos focos do escândalo. Segundo o Ministério Público, cerca de R\$ 105 milhões circularam em contratos fraudados ligados à CODERP. As apurações indicaram que a empresa foi usada como

instrumento para contratações voltadas a interesses políticos e eleitorais, e não apenas para serviços de tecnologia e desenvolvimento econômico.

Esse histórico ajuda a explicar por que a liquidação passou a ser tratada também como resposta institucional ao desgaste acumulado. O impacto da Operação Sevandija foi devastador para a CODERP, que passou a ser vista, no meio político, como estrutura delicada de gerir e, perante a população, como símbolo negativo.

Nos anos seguintes, a extinção da CODERP ganhou caráter de reorganização administrativa. A Prefeitura passou a substituir

gradualmente os serviços da companhia por soluções de mercado e por absorção interna, ao mesmo tempo em que tentava concluir pagamentos pendentes e transferir ativos para o município.

Em 2025, a contabilidade da CODERP registrou a necessidade de aportes milionários da Prefeitura para evitar a perda de patrimônio da companhia em ações judiciais. Isso mostra que a liquidação não se encerra apenas com decreto ou previsão orçamentária. Ela depende da finalização de contratos, da quitação de débitos, da transferência de ativos e da substituição dos serviços, etapas que podem se estender por anos.

trutura municipal. Por isso, o encerramento não foi concluído em 2024, como se imaginava no início da gestão Duarte Nogueira.

A previsão da LDO de 2027 confirma que a transição continua em andamento, seguirá em 2026 e avançará por parte do ano seguinte. O documento mostra que a administração direta já se prepara para absorver compromissos da companhia, incluindo fornecedores, contratos e despesas antes controlados pela estatal.

LIQUIDAÇÃO

Outro ponto relevante é que a absorção desses pas-

sivos tende a afetar a contabilidade da administração direta, o que pode elevar a pressão sobre as despesas, reduzir a margem para investimentos e exigir maior cuidado fiscal da prefeitura. É nesse contexto que entra a CAPAG, sigla para Capacidade de Pagamento, indicador usado pelo Tesouro Nacional para avaliar a saúde fiscal de estados e municípios. O índice mede se o ente público tem condições de contratar operações de crédito com garantia da União e combina indicadores de endividamento, poupança corrente e liquidez.

A escala vai de A a D, com notas melhores para os en-

tes com menor risco fiscal e maior equilíbrio nas contas. Em 2024, Ribeirão Preto recebeu nota máxima, A+, o que indicava situação fiscal muito favorável. Ainda assim, a incorporação de novos passivos pode alterar esse quadro nos próximos anos.

“O risco de retração da nota existe porque a CAPAG considera a capacidade real do município de pagar suas obrigações sem comprometer o caixa. Se a administração direta assumir mais dívidas, acordos judiciais e despesas ligadas à CODERP, a tendência é de pressão sobre os indicadores, especialmente os de liquidez e endividamento”

ESPECIALISTA DA USP CONTESTA ADMINISTRAÇÃO

Especialista em controladoria pela FEA-USP e sócio da VG Consulting, Victor G. Jorge afirma que haverá impacto na situação fiscal. “A questão não é se haverá impacto, mas qual sua magnitude e em que horizonte temporal. Do ponto de vista fiscal, qualquer município que absorva patrimônio líquido negativo superior a R\$ 100 mi deve conduzir esse processo sob monitoramento rigoroso dos indicadores de endividamento, liquidez e sustentabilidade fiscal, independentemente de sua atual capacidade de pagamento”.

Prefeitura não vê risco fiscal e prepara transição

A Prefeitura informa que avaliou os impactos da liquidação da CODERP sobre os indicadores fiscais do município e que não vê efeitos relevantes sobre a CAPAG nem risco de rebaixamento da nota. Segundo a administração, a incorporação do ativo e do passivo da companhia, prevista na LDO de 2027, não deve pressionar de forma significativa as contas públicas, já que a Prefeitura afirma ser atualmente responsável por 100% do pagamento das obrigações da estatal.

Sobre a sede da empresa, na Rua Saldanha Marinho, a administração informou que não há previsão de venda, leilão ou alienação. A nota também detalha que a LDO de 2027 prevê a incorporação dos bens da empresa ao patrimônio municipal e que as futuras renovações contratuais dos serviços hoje executados pela CODERP ficarão sob gestão da Secretaria de Tecnologia e Governo Digital.

Evaldo Aparecido Felício, até então presidente da CODERP, foi anunciado como secretário adjunto da Secretaria de Tecnologia e deverá iniciar a transição tecnológica da companhia. Já o economista e servidor de carreira Fernando Oliveira Soares assume a presidência da CODERP.